



BAHIA

Nota de Repúdio



Vereador Jamelão

O vereador de Camaçari/BA, Jamelão Ferreira (DEM), publicou um vídeo nas redes sociais, no último sábado (5), onde relata estar sendo impedido de visitar uma amiga no Hospital Geral do município.

Na filmagem, Jamelão define a decisão como “ditadura” e tenta expor o rosto do vigilante do Hospital, que teria impossibilitado sua visita. “Muitos aqui querem visitar os parentes e não podem. Como é que pode? Alguém doente e não pode visitar [...] Semana passada eu estive aqui e agora sou proibido de entrar. Isso é ditadura”, disse o vereador.

A Confederação Nacional dos Vigilantes, o Sindicato dos Vigilantes de Camaçari e o Sindicato dos Vigilantes da Bahia assim que tomaram conhecimento do fato, prestaram solidariedade ao companheiro vigilante que estava cumprindo normas da

Secretaria da Saúde do Estado da Bahia (Sesab) que adota um protocolo no Hospital

Geral de Camaçari, baseado em recomendações epidemiológicas e sanitárias, possibilitando que os pacientes possam receber visitas diárias, limitada a uma pessoa, entre às 15h e 16h.

A própria secretaria, afirmou em nota que o vereador Jamelão tentou descumprir o protocolo e foi impedido pelo vigilante, que aparece nas imagens.

Nesta segunda-feira, dia 07/08, a direção do Sindmetropolitano esteve reunida com a diretoria do HGC, para tratar do assunto e cobrar providências.

A CNTV repudia de veementemente o desrespeito que o trabalhador no exercício de sua função sofreu.

Queremos reafirmar que não haverá tolerância para este tipo de situação, não aceitamos agressão e humilhação contra os trabalhadores vigilantes.

Exigimos respeito e retratação do vereador pelo fato lamentável.

Os vigilantes não estão só!

Nas próximas eleições, senhor vereador, os vigilantes lembraram deste tratamento dado a um pai de família buscando sustento para a sua família.

Vereador de Camaçari/BA, Jamelão Ferreira (DEM)

Instagram: @vereadorjamelaoferreira

FONTE: CNTV

Departamento de comunicação realiza 2º Curso de Formação Sindical do Sindsegur



Nos dias de hoje a Formação Sindical é ainda mais estratégica para a consolidação da luta da classe trabalhadora, seja em função dos novos espaços para a atuação dos dirigentes sindicais, ou pela necessidade de construir coletivamente um conhecimento a partir da visão de mundo dos trabalhadores que sirva como alicerce da nossa luta e da nossa organização.

Por isso, no último sábado 05 de agosto, o Sindsegur realizou no auditório da sub-sede Natal, um curso de formação sindical com os diretores e delegados sindicais com objetivo de contribuir para que o nosso sindicato tenha quadros maiores e mais bem capacitados a sua disposição, o que sem dúvida facilita a defesa dos interesses dos vigilantes patrimoniais.



O representante da confederação Iran Marcolino, que tem um amplo conhecimento sobre as demandas da nossa categoria

palestrou sobre a função do dirigente sindical, legislação em vigor e a profissão de vigilante, além da atual conjuntura e dos desafios a serem enfrentados pelos trabalhadores.

O evento também contou com a presença do presidente do Sintrocern, Edson Negão, que contribuiu com sua experiência no movimento sindical e sua luta no Sindicato dos Trabalhadores de Cargas Rodoviárias.

Para finalizar o evento em sua palestra o coordenador geral do Sindsegur, Marcio Lucena, parabenizou a todos pelo empenho e agradeceu a participação dos presentes no 2º curso de formação sindical organizado pelo departamento de comunicação do Sindsegur e o diretor de imprensa Gerson Gomes.

O curso foi elaborado com objetivo de melhorar o tempo de reposta a categoria e para melhor conduzir os trabalhadores nas próximas negociações coletivas.

A mesa inicial foi composta por diretores e delegados sindicais, além de representação feminina através da delegada sindical Jordana Ligia, representante dos trabalhadores, que trabalha na empresa ROLAND. Também esteve presente na mesa os diretores Eudes Diniz, Josenilson Nascimento, Márcio Lucena e o palestrante Iran Marcolino.

A classe trabalhadora deve buscar sempre se qualificar para uma maior e melhor intervenção política na defesa dos seus interesses para tanto deve ser capaz e ousada para repensar a sua forma de atuar, independentemente de partidos políticos, pois nosso compromisso maior é com o trabalhador.

FONTE: SINDSEGUR RN

SE PERDER AÇÃO NA JUSTIÇA TRABALHADOR NÃO PAGARÁ HONORÁRIOS A ADVOGADO DA EMPRESA



Reforma Trabalhista de Temer e Bolsonaro incluiu na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho a possibilidade do trabalhador pagar honorários Ao advogado da empresa e custas processuais justiça, caso viesse a perder a causa na justiça do trabalho. A intenção do governo da época e dos patrões era amedrontar o trabalhador de reclamar seus direitos na justiça.

Em 2021 o STF – Supremo Tribunal Federal julgou um pedido da Procuradoria Geral da República (ADIN 5766) e considerou inconstitucional (fere a Constituição Federal) este artigo incluído na CLT em 2017, mantendo apenas a possibilidade de pagamento de custas processuais caso o trabalhador reclamante falte a primeira audiência do processo.

Na pratica a lei voltou ao formato anterior a 2017, retirando a forte ameaça para trabalhador caso, perdendo a ação, tenha de pagar honorários a advogado da empresa.

Também, na pratica, o trabalhador, caso tenha seu direito lesado, juntará suas provas, procurará o seu Sindicato, seu advogado e recorrerá a justiça do trabalho para exigir o que lhe pertence, sem receio de ser penalizado com pagamento de honorários a advogado do patrão.

Não se intimide, não abra mão do seu direito, não se curve a patrão que descumpre lei e normas.

Fonte: José Boaventura – Presidente da
CNTV



ATENÇÃO VIGILANTES QUE PRESTAM SERVIÇO NA CÂMARA LEGISLATIVA QUE ERAM DA ZEPIM E AGORA SÃO DA PARTNER

A direção do SINDESV-DF convoca os vigilantes que prestam serviço na Câmara Legislativa do DF, que eram da empresa ZEPIM e agora são da empresa PARTNER, para comparecerem ao Sindicato, quando serão conferidos e, se necessário, corrigidos os TRCTs (Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho).

Ressaltamos a importância do seu comparecimento ao Sindicato dos Vigilantes do DF.

VIGILANTES DA CLDF QUE ERAM DA ZEPIM E ESTÃO NA PARTNER

CONFERÊNCIA DOS TRCTs – TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO A PARTIR DAS 08 HORAS DA MANHÃ DO DIA - 08/08/2023 – TERÇA-FEIRA.

EM CHAPA DE UNIDADE, AMARILDO CENCI É REELEITO PRESIDENTE DA CUT-RS



A chapa de unidade, liderada pelo atual presidente da CUT-RS, professor Amarildo Cenci, foi eleita por unanimidade para o mandato de 2023-2027 da entidade, na tarde deste sábado (5), no Teatro Dante Barone da Assembleia Legislativa. “Queremos que a classe trabalhadora seja cada vez mais protagonista na reconstrução do nosso país”, disse o dirigente reeleito.

Mais de 400 delegados e delegadas do campo e da cidade, dos setores público e privado, participaram do 16º Congresso Estadual da CUT do Rio Grande do Sul (16º CECUT-RS), além de observadores e convidados, sob o lema “Luta, direitos e democracia transformam vidas”. O encontro foi aberto no início da noite de sexta-feira (4), com a presença do presidente nacional

da CUT, Sérgio Nobre.

O Sindivigilantes do Sul foi representado pela diretora Elisa Araújo e o diretor José Airton Trindade, como delegados da categoria, que acompanharam todo o evento, sexta-feira e sábado, e também votaram pela eleição unânime de Amarildo e da chapa de unidade.



José Airton e Elisa Araújo representaram a categoria dos vigilantes no congresso (Foto: Sindivigilantes do Sul)

Além de Amarildo, que é também diretor do Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro-RS), foram igualmente reeleitos, dentre outros, o vice-presidente da CUT-RS, Everton Gimenis, que é diretor do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre; a secretária-geral Vitalina Gonçalves, que é presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Gravataí (SPMG); e o secretário de Administração e Finanças da CUT-RS, Antônio Güntzel, que é sapateiro de Nova Hartz.

Volta do CPERS Sindicato

A nova direção tem a volta de dirigentes do CPERS Sindicato, que se reafiliou à CUT no último dia 14 de julho. A presidente Helenir Aguiar Schürer será a secretária de Formação da CUT-RS e a secretária-geral Suzana Lauermann, a secretária da Mulher Trabalhadora da CUT-RS.

Também foram eleitos para a nova gestão o presidente do Sindiágua-RS, Arilson Wunsch, que será o secretário de Meio Ambiente da CUT-RS; o presidente do Sindisaúde-RS, Júlio Jesian, que assumirá o cargo de secretário de Saúde do Trabalhador da CUT-RS, e o coordenador-geral da Fetraf-RS, Douglas Cenci, que será o secretário de Mobilização e Relação com Movimentos Sociais da CUT-RS.

Três dirigentes não estão na nova direção da CUT-RS. O secretário de Comunicação, Ademir Wiederkehr, e a secretária da Mulher Trabalhadora, Mara Weber, se aposentaram, mas continuarão na luta. Já o ex-presidente Claudir Nespolo, apoiado pelo movimento sindical, é desde 17 de março o superintendente regional do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).



Ademir Wiederkehr e Mara Weber deixaram a direção

A eleição ocorreu no final do segundo dia do congresso, que começou com uma exposição sobre a autonomia do Banco Central e a sua política de juros altos, a exibição de um vídeo de balanço da gestão 2019-2023, a aprovação

de resoluções sobre estratégias da CUT para o próximo período e do plano de lutas.

Fotos: Matheus Piccini / CUT-RS

Fonte: CUT-RS

Comissão aprova proposta para uso de reconhecimento facial por forças de segurança pública

O reconhecimento facial é definido como o procedimento biométrico automatizado destinado à identificação humana



Aluisio Mendes considera o tema importante e recomendou a aprovação

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 3069/22, que regulamenta o uso do reconhecimento facial automatizado pelas forças de segurança pública em investigações criminais ou em procedimentos administrativos.

O relator, deputado Aluisio Mendes (Republicanos-MA), recomendou a aprovação. “Reforçar o uso de tecnologias no âmbito da perícia criminal ou da atuação em processos de natureza administrativa ou cível é algo importante sobre o qual o Parlamento precisa se debruçar”, defendeu.

A proposta aprovada define reconhecimento facial como o procedimento biométrico

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

automatizado destinado à identificação humana, sendo realizado a partir da captura de uma imagem facial. Nos locais onde houver captura de imagens deverão ser fixadas placas visíveis indicando a realização do serviço.

Pelo texto, a tecnologia poderá ser utilizada diante da necessidade de identificar autores, coautores, testemunhas ou vítimas relacionadas a fato criminoso, ou, na área cível, para auxiliar na busca por pessoas desaparecidas. Qualquer sinalização de identificação positiva deverá ser confirmada por agente público responsável.

A proposta, por fim, determina que nenhuma ação ou diligência policial de restrição da liberdade de ir e vir poderá ser efetuada simplesmente a partir do reconhecimento facial, sem a confirmação de um especialista.

Autor da proposta, o ex-deputado Subtenente Gonzaga (MG) explicou que a iniciativa partiu do papiloscopista Petterson Vitorino de Moraes, especialista em análise facial. A ideia é evitar falhas decorrentes do uso dessa tecnologia.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Reportagem – Ralph Machado

Edição – Ana Chalub

Fonte: Agência Câmara de Notícias

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF